

EDITORIAL

A última esperança

A capital da Dinamarca foi palco durante boa parte do mês de um dos eventos mais importantes dos últimos tempos. A Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP 15) começou no dia 7 em clima de esperança e boa parte dos organizadores projetaram um acordo global para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Mas o que se viu foram 197 países representados e muitas incertezas. Ao que parece ainda há dificuldade em enxergar as mudanças evidentes em toda a extensão terrestre. O degelo das calotas polares, os tsunamis, ciclones e outras manifestações freqüentes da natureza agredida revelam um quadro pessimista se algo não for feito agora. Os países mais poluidores deveriam ser os primeiros a reconhecer tal desatino e propor saídas para diminuir a emissão de gases na atmosfera. Mas ao que parece ainda estão alheios a qualquer decisão mais drástica que mexa com a redução de números nas suas economias em detrimento das vidas que em décadas próximas podemos perder. O homem caminha para a destruição de seu planeta. Como será daqui a 50 ou 100 anos? Muitos ainda vão presenciar estas catástrofes e lamentar o que não foi feito agora. Talvez um presente de Papai Noel, no apagar das luzes desta participativa conferência, nos traga um pouco de alegria ao olhar para o céu, e a esperança traga a paz no coração e o discernimento para aqueles que comandam poderosos e emergentes países do mais longínquos recantos deste mundo. Feliz Natal e um 2010 cheio de ar puro, pra todos nós.

Paulo Ricardo Tomasini, Editor-chefe.

ARTIGO

Eu tenho este direito?

Por Ronaldo Sindermann

Recentemente foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 116/00 que legaliza a prática da eutanásia passiva (Ortotanásia) que, etimologicamente, significa morte no tempo certo pela limitação ou suspensão do esforço terapêutico, ou seja, do tratamento ou dos procedimentos que estão prolongando a vida de doentes terminais, sem chance de cura. Não constituído crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, se previamente atestada, por dois médicos, a morte como iminente e inevitável, e desde que haja consentimento do paciente, ou, em sua impossibilidade, do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

O autor da proposição argumenta a perda da naturalidade e espontaneidade da morte que por meio de uma tecnologia agressiva tem levado à profanação do corpo em tempo longínquo, ou seja, o projeto quer legalizar procedimentos humanitários no processo da morte de pacientes terminais.

Examinando a matéria, no âmbito jurídico constitucional o artigo quinto da Carta Magna garante aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, e por esta linha entendemos ser um direito indisponível, inclusive por parte de seu titular, ou de seus representantes legais. Assim temos o projeto como inconstitucional.

Por outro lado, a atuação médica que tem seu norte, a preservação da vida e o alívio do sofrimento, fundamentada na dignidade da pessoa humana, é levada a situações clínicas em que pacientes desejam que não se prolongue o seu sofrimento e os deixem morrer com respeitabilidade é à disposição de vontade princípio da autodeterminação da pessoa em decidir sobre sua própria morte.

Nosso questionamento é no sentido: E quando o paciente não tem condições de expressar sua vontade, a lei deve autorizar a um terceiro a decisão sobre a vida de alguém que não necessariamente concordaria em ser morto?

Este eventual direito do paciente poderá estar sendo suprido por interesses de terceiros, que não vê com bons olhos o prolongamento da vida do doente, e que naquele momento não pode expressar sua vontade.

A questão é séria, polêmica e complexa e não pode ser acolhida de imediato necessitando de maior aprofundamento nos meios jurídicos, médicos, religiosos e da sociedade em geral, pois acreditamos que este projeto aprovado poderá omitir direitos dos pacientes em detrimento de interesses escusos de alguns que prestam assistência médica onde é constante a falta de leitos, e de outros com claro o objetivo de se locupletarem poderão decidir a morte do detentor de algum patrimônio.

(*) Advogado

Cautela nas compras de Natal

Procon municipal dá dicas de como fazer as compras natalinas com segurança

O Procon Porto Alegre está alertando a população sobre precauções que devem ser tomadas na hora da compra dos presentes de Natal. Da afixação das etiquetas nas vitrines até a forma de pagamento escolhida pelo cliente existem normas constituídas para assegurar os direitos dos consumidores no momento da compra de produtos. O titular da Smic, Idenir Cecchim, ressalta estes direitos, enfatizando que eles começam até mesmo antes do ato da compra.

“Cabe às lojas afixar corretamente os preços nas vitrines, de forma a informar nas etiquetas o valor à vista do produto, e, caso este esteja parcelado, o valor de cada parcela, a taxa de juros e o valor total do financiamento. Estas informações devem constar nas etiquetas ou cartazes em letras grandes, legíveis e uniformes”, alerta Cecchim. “A lei das etiquetas existe para a pessoa poder dimensionar o valor total do débito que assumirá, de forma a evitar seu endividamento”, esclarece.

Direitos

No momento da compra, o consumidor também deve fazer valer seus direitos, certificando-se de que não está adquirindo produtos sem procedência legal, ou seja, os que não são acompanhados de nota fiscal nem cupom de garantia. “Todo e qualquer produto durável tem obrigatoriamente termo de garantia de, no mínimo, três meses”, destaca Cecchim.

Outros cuidados importantes são salientados pelo coordenador do Procon Porto Alegre, Omar Ferri Júnior. As lojas continuam não podendo fazer distinção entre o pagamento à vista e o realizado em cartão de débito ou de crédito em uma só parcela. “Preço à vista é somente um”, destaca Ferri Júnior. “Quando oferecido um desconto à vista, o mesmo abatimento prevalecerá para os pagamentos com cartão de débito ou de crédito, desde que a dívida seja liquidada em uma só vez”, acrescenta.

Atualmente 10% dos atendimentos no Procon dizem respeito a problemas relacionados com o uso do cartão de crédito.

DEBATE

Retomando o HUMANISMO

Por Vicente Bogo

Em qualquer direção que vá nosso olhar encontramos o Ser Humano em estado de problema. As manifestações mais freqüentes são as doenças, o stress, a depressão, a neurose e esquizofrenia latente. Entre as conseqüências observa-se um quadro geral de anomalias, notadamente no crescimento vertiginoso do esforço do Estado na direção destas disfunções, entre as quais uma das mais graves é percebida pela elevação acelerada da violência, dos atentados contra a vida, a natureza e o patrimônio.

O resultado deste quadro caótico da realidade social e humana é a perda do referencial existencial. Em certo sentido, a relativização da vida, sua redução e transformação em objeto descartável, em mercadoria.

Em meio a esta conturbada realidade o homem procura desesperadamente por uma saída. Abraça ideologias, crenças e até mesmo os valores do mercado de consumo como forma de encontrar respostas que satisfaçam a angústia contínua. Não encontra.

A cura, a superação do mal requer providências que podem ser pessoais ou de ordem político-social. Partir da identificação das causas reais e da modificação do comportamento das pessoas. Inclusive dos líderes que atuam dentro da sociedade.

De fato, sem se conscientizar do problema e das suas causas, dificilmente haverá a cura definitiva. Na forma como se pratica a ciência nos tempos atuais a solução é buscada pelo tratamento dos efeitos, dos sintomas.

O que falta? Encontrar as causas últimas, internas, psíquicas da maioria dos fenômenos. Adentrar ao profundo da alma humana. É preciso compreender a fenomenologia psíquica do ser humano, donde parte a diretriz da vida ou onde ocorre a distorção que faz a somática do mal.

Nossa bandeira, em seu brasão, declara três fundamentos da nossa sociedade: liberdade, igualdade e humanidade. Falamos tanto nas últimas décadas, primeiro em liberdade diante do autoritarismo e depois clamamos por igualdade, ainda em construção. É a hora de trazermos à nossa reflexão o tema da humanidade. Do sentido da vida e do valor humano. O papel do humano neste planeta.

Em suma, atualmente, nada mais é importante do que as pessoas. É nelas que se encontra o erro e onde se deve agir responsabilizando-as pela própria existência e ajudá-las quando resolvem fazer a evolução. Trata-se de recuperar o sentido da vida. O verdadeiro valor humano. E, no âmbito do Estado, da política, apoiar aqueles que produzem, inclusive para sustentar e tratar as disfunções.

(*) Professor. Ex-vice-governador.

POLÍTICA

Tessaro presidirá a Câmara em 2010

A Câmara Municipal de Porto Alegre elegeu hoje dia 14 a mesa diretora para o ano de 2010. A Casa será presidida pelo vereador Nelcir Tessaro (PTB). O nome do 2º vice-presidente será indicado nos próximos dias pela bancada do PT. A posse da nova Mesa Diretora será realizada no dia 4 de janeiro, às 16 horas, em sessão especial no Plenário Otávio Rocha. Veja abaixo os demais integrantes da Mesa.

Nova mesa Diretora

Presidente - Nelcir Tessaro (PTB)
1º vice-presidente - Mário Manfro (PSDB)
2º vice-presidente - Nome a ser indicado pelo PT
1º secretário - Bernardino Vendruscolo (PMDB)
2º secretário - Tarciso Flecha Negra (PDT)
3º secretário - João Carlos Nedel (PP)

JORNAL FLORESTA

O Jornal Floresta é uma publicação da PRCom Comunicação e Marketing

Rua Ernesto Alves, 333 conj. 201 Floresta CEP 90220-190 - Porto Alegre/RS / E-mail: jornalfloresta@jornalfloresta.com.br
Editor: Paulo Tomasini (Mtb 6930/RS) Reportagem: Patrícia Lima / Colaboradores: David Signoreli, Amábile Mansan, Vicente Bogo, Rodrigo Cardia e Ronaldo Sindermann / Editoração Eletrônica: Gabinete de Comunicação Integrada /
Tiragem: 10 mil exemplares / Impressão: Correio do Povo / Editor: (51) 9258-2662 / Redação e Comercialização: (51) 3225-4164
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Jornal filiado à
Associação dos Jornais
de Bairro e Segmentados de
Porto Alegre.

rede
jornal
Porto Alegre/RS